

Arquitectura por Decreto: um retrocesso com assinatura presidencial



Pedro Novo

Presidente do Conselho Directivo Regional da Secção de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos

A recente ordem executiva emitida por Donald Trump, impondo o uso obrigatório de um estilo com forte pendor “regional, tradicional e clássica” nos novos edifícios governamentais, representa no meu entender uma grave inversão nos valores, pensamento crítico e metodologias da prática arquitetónica contemporânea, numa era em que a Arquitectura deveria ser motor na inovação e sobretudo na inclusão face às necessidades reais das sociedades. Ao forçar a cristalização de um “estilo” único, como padrão de «beleza» arquitetónica, Trump ignora décadas de investigação científica, séculos de reflexão disciplinar e multidisciplinar e ignora a diversidade cultural. Ignora sobretudo o processo evolutivo da Arquitectura enquanto conhecimento, e as razões fundamentais que motivam o afastamento a um estilo, que teve o seu lugar crucial na história da arquitetura e da humanidade, mas que se esgotou, porque as sociedades evoluíram e com ela também o conhecimento e técnica.

O “belo”, na arquitectura como em muitas outras disciplinas artísticas e científicas, não é nem pode ser, um conceito eterno e universal. É uma construção coletiva, cultural, histórica e também política, mutando-se no tempo, nos lugares, através do Homem e sua circunstância.

A Arquitectura é o expoente máximo do conhecimento aplicado à construção de «protótipos», na medida em que cada edifício é irrepitível, singular, diferente, contudo relacionável com outros no espaço e no tempo. Por ser assim, a liberdade técnica, artística e científica não poderá ficar refém de um padrão de «beleza» que ignora e negligencia os aspetos essenciais que moldam a prática e o pensamento arquitetónico, e que se prendem sobretudo, com a circunstância temporal e geográfica, que por sua vez condicionam os aspetos sociais, de segurança e meio ambiente das sociedades. Quando um Estado pretende legislar sobre o que é “belo”, esvazia, no caso particular da Arquitectura, a sua vocação humana, ética e existencial. O “belo” deixa de ser experiência, experimentação e revelação, para se tornar repetição, padrão, norma e imposição. Trump ignora, conscientemente ou não, que a Arquitectura não serve apenas para ser contemplada, relegando para segundo plano a sua função primordial, que é a de construir o habitat humano, expressão da complexidade humana. Uma tentativa clara de controlo simbólico e de imposição de uma linguagem formal que retoma estratégias há muito identificadas em regimes autoritários, privilegiando modelos de «beleza», que no limite, são apenas e só resultado de uma limitada e tantas vezes desinformada visão do papel da Arquitectura, e que se traduzem na limitação da capacidade de estudo e invenção. Durante o século XX, o fascismo italiano, o nacional-socialismo alemão e o franquismo espanhol usaram a Arquitectura como símbolo de afirmação ideológica. Também em Portugal, o regime do Estado Novo promoveu uma visão conservadora e nacionalista da Arquitec-

tura, limitando fortemente a experimentação e impondo um “estilo de regime” em favor de uma estética dita tradicional e historicista. Nesses contextos, os arquitectos foram forçados a alinhar-se com códigos formais e hierárquicos, frequentemente desligados da realidade social. Perdeu-se liberdade criativa, excluíram-se outras vozes e sufocou-se o papel do Arquitecto enquanto interprete e crítico do seu tempo.

É sabido que ao longo da história recente, regimes autoritários, sobretudo na Europa, têm recorrido à linguagem clássica da Arquitectura como instrumento simbólico para associar o seu poder à ideia de grandeza, evocando, o prestígio e a monumentalidade dos antigos impérios. Também nos Estados Unidos, a tradição clássica está profundamente enraizada na capital mas sobretudo a Sul do país, onde a elite latifundiária, durante o século passado adoptou o estilo neoclássico nas suas mansões como símbolo de poder económico e prestígio social.

Ao impor agora o estilo clássico como norma nos edifícios governamentais, Trump repete o mesmo erro, desta vez mascarado por um falso apelo à «tradição» e à «ordem». Como nos recorda o artigo publicado na *The Conversation* (“Why so many architects are angered by making federal buildings beautiful again”), esta decisão contraria o caminho trilhado desde a década de 1960, quando os Estados Unidos passaram a projectar edifícios inovadores com fortes componentes de segurança, sustentabilidade e eficiência. Representando uma visão governamental esclarecida e alinhada com os ideais democráticos.

Independentemente da opinião que se possa ter sobre o estilo clássico, restringir a Arquitectura pública a uma única linguagem formal é, inevitavelmente, rejeitar, os valores e os modos de vida de uma sociedade plural e democrática. Não admira, por isso, que esta demanda legislativa tenha sido formalmente contestada pela DOCOMOMO americana, filial da DOCOMOMO Internacional, organização dedicada à documentação e conservação de edifícios, sítios e bairros do Movimento Moderno. A mesma alertou em 2020, para os riscos desta intenção, já defendida por Trump no seu anterior mandato.

Num tempo marcado por desafios globais profundos, a Arquitectura deve forçar, se necessário for, o seu lugar, como acto de razão e conhecimento de importância coletiva, em linha com um mundo que se pretende mais democrático. Não para servir símbolos de poder, mas para refletir a nossa contemporaneidade em toda as suas contradições e urgências.

A Arquitectura que importa, não se impõe... interpreta a sua circunstância e constrói sentido para a vida. **C**

O Autor escreve segundo o Novo Acordo Ortográfico